

Faculdade de Direito da UFMG Programa de Pós-Graduação em Direito

PLANO DE ENSINO

ANO E SEMESTRE					
2022/1					
PROFESSOR(ES)					
ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI					
CÓDIGO DA DISCIPLINA					
DIP DIR-903 - MESTRADO E DOUTORADO					
TEMA					
TEMAS DE TEORIA DE PROCESSO					
SUBTEMA					
ACESSO A JUSTIÇA PELA VIA DOS DIREITOS, TECNOLOGIA E DIREITOS HUMANOS E SOLUÇÃO DE CONFLITOS.					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
(X) Sim () Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
(X) Sim () Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
4ª feira	17/20:20 hs	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
(X) Não () Sim Qual:					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?					
(X) Sim () Não					
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)					INSTITUIÇÃO
Ricardo Soares Stersi dos Santos					UFSC
Caio Augusto Souza Lara					ESDHC
EMENTA					
Com vista a formação crítica e reflexiva tratar-se-á do acesso a justiça pela via dos direitos (AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie; GOMES, Lilian C. B.). Investigar-se-á temáticas relacionadas a “tecnologia e direitos humanos”, com vista ao acesso via direitos. Analisar-se-á formas de solução de conflitos (CALVO SOLER, R) bem como a teoria dos conflitos.					

BIBLIOGRAFIA					
<ol style="list-style-type: none"> 1. AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie; GOMES, Lilian C. B. Cartografia da Justiça no Brasil: uma análise a partir de atores e territórios. São Paulo: Saraiva. 2014. 2. CALVO SOLER, Raúl. Mapeo de conflictos: técnica para la exploración de los conflictos. Barcelona: Editorial Gedisa, 2014a. 3. CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre: Fabris, 1988. 4. CAPPELLETTI, Mauro. Processo, ideologias e sociedade. Porto Alegre: S.A. Fabris, 2008. 5. ECONOMIDES, Kim. Lendo as Ondas do “Movimento de Acesso à Justiça”: epistemologia versus metodologia? In: PANDOLFI, Dulce at alli. Cidadania, Justiça e Violência. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999. 6. ENTELMAN, Remo F. “Teoria de Conflictos: Hacia un nuevo paradigma”. Barcelona: Gedisa, 2005. (Série P.A.R.C. Fundamentos). 7. FRASER, Nancy. Reconhecimento sem Ética? In.: Revista Lua Nova, São Paulo. n.70. pp. 101-138. 2007. 					

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

8. GOULART, Juliana Ribeiro; NUNES, Diego. As formas consensuais de solução de conflitos e as novas diretrizes curriculares para os curso de graduação em Direito. *Migalhas*. Publicado em 5 jan. 2021. Disponível em <https://www.migalhas.com.br/depeso/302686/as-formas-consensuais-de-solucao-de-conflitos-e-as-novas-diretrizes-curriculares-para-os-cursos-de-graduacao-em-direito>. Acesso em 10 jun. 2021.
9. HEIDERSCHIEDT, Iôni. Educação jurídica para a cultura da paz e as novas diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em direito no Brasil. In: RODRIGUES, Horácio W. (Org). *Educação jurídica no século XXI: novas diretrizes curriculares nacionais do curso de direito – limites e possibilidades*. Florianópolis: Habitus, 2020.
10. NADER, Laura, Harmonia Coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 29, ano 9, 1994.
11. NICACIO, CAMILA. Direito e Mediação de conflitos: entre metamorfose da regulação social e administração plural da justiça.
12. O'NEIL, Cathy. Assim os algoritmos perpetuam a desigualdade social. *Portal El País*– 17 abr. 2018. Entrevista concedida da Patrícia Peiró. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/12/tecnologia/1523546166_758362.html. Acesso em: 12 out. 2021.
13. O'NEIL, Cathy. *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. Nova York: Broadway Books, 2016.
14. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Cursos de direito no Brasil: diretrizes curriculares e projetos pedagógicos*. 2ª ed. Florianópolis: Habitus, 2020.
15. SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma revolução democrática de justiça. São Paulo: Cortez Editora. 2007.
16. SENA, Adriana Goulart de; CORRÊA DA COSTA, Mila Batista Leite. *Ensino Jurídico: Resolução de Conflitos e Educação para a Alteridade*. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 56, p. 11-32, jan./jun. 2010.
17. SENA ORSINI, Adriana Goulart de. Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça: Efetividade Material e Judicial. In: Dignidade Humana e Inclusão Social: Caminhos para a Efetividade do Direito do Trabalho no Brasil / Adriana Goulart de Sena, Gabriela Neves Delgado, Raquel Portugal Nunes. São Paulo: LTr, 2010.
18. ORSINI, Adriana Goulart de Sena; COSTA, Anelice Teixeira. **Educação para o acesso à justiça: a transformação dos paradigmas de solução de conflitos**. Revista da Faculdade de Direito. Belo Horizonte, nº 69, jul/dez. 2016, p. 21-44.
19. WARAT, Luis Alberto. Epistemologia e Ensino do Direito: o sonho acabou. Florianópolis: BOITEUX, 2004, vol. 2.
20. ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism*. Nova York: PublicAffairs, 2019.

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

1. ALVES DA SILVA, P. E. Acesso à justiça, litigiosidade e o modelo processual civil brasileiro. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2018. <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3503>
2. ALVIM, J. E. Carreira. Justiça: acesso e descesso. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 65, 1 maio 2003. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4078/justica-acesso-e-descesso>.

Faculdade de Direito da UFMG

Programa de Pós-Graduação em Direito

3. CALVO SOLER, Raúl. Programa compartim. Generalitat de Catalunya. **El mapeo del conflicto**. Teoría y metodología. Aplicación práctica en justicia juvenil, 2014b. Disponível em: http://justicia.gencat.cat/web/.content/home/departament/publicacions/publicacions_per_teme/s/execucio_penal_i_justicia_juvenil/pg11_mapeo_conflictoj.pdf.
4. CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à Justiça**. Conferência proferida no plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.amprs.org.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1275676491.pdf
5. FRASER, Nancy. Igualdade, identidades e justiça social – Luta de classes ou respeito às diferenças? Le Monde Diplomatique Brasil – 01/06/2012. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1199>.
6. SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. **RBSE–Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, p. 569-574, 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/SimmelTrad.pdf>
7. SENA ORSINI, Adriana Goulart de; COSTA, Anelice Teixeira da. A arte de ensinar e aprender: construindo caminhos para a reinvenção do ensino jurídico através de uma experiência pedagógica emancipatória de acesso à justiça. In: BORGES, Maria Creusa de Araújo Borges; SANCHES, Samyra Haydêe Dal farra Napolini Sanches (Coords.). Anais do Conpedi. Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos I (Recurso Eletrônico On-line), v. D 598. Florianópolis: Conpedi, 2014, p. 70-99. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=0cb656f78993ef25>
8. SENA ORSINI, A. G; RIBEIRO, Luiza Berli Dornas. A litigância habitual nos Juizados Especiais de Telecomunicações: a questão do “excesso de acesso”. Ver: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=96b250a90d3cf086>.
9. SENA ORSINI, A. G; REIS PAES LEME, A. C. SALÁRIO MÍNIMO, MÁSCARA E ALQUINGEL: ACESSO AO MÍNIMO OU MÍNIMO DE ACESSO?. **Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília**, v. 4, n. 2, p. 171-197, 31 ago. 2020. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/32405>
10. Arese, C. 2020. *Acceso a la tutela judicial efectiva laboral en países de América del Sur*: , Documento de trabajo de la OIT 10 (Genebra, OIT). https://www.ilo.org/global/publications/working-papers/WCMS_757104/lang--en/index.htm
11. Ferraz, Leslie Shéri da. Repensando o acesso à Justiça no Brasil: estudos internacionais. / Volume 2– Institutos inovadores / Coordenação [de] Leslie Shéri da Ferraz. – Aracaju: Evocati, 2016. <https://mestrados.unit.br/ppgd/wp-content/uploads/sites/5/2016/12/Repensando-o-acesso-à-Justiça-no-Brasil-Estudos-Internacionais-Volume-2-final.pdf>

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Avaliação: Assiduidade, participação durante o semestre na disciplina, apresentação de seminários, debates e redação de artigo científico consoante normas ABNT antes do final da disciplina.

A disciplina será ofertada sob a forma HÍBRIDAS - EHE UFMG.

Algumas aulas serão na plataforma ZOOM (Sala Pessoal da Professora da Disciplina) e outras presencialmente em sala a ser designada pela PPGD UFMG, oportunamente.